

SALÃO DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA
XXIX SIC
**UFRGS**
PROPESQ



múltipla 
UNIVERSIDADE
inovadora  inspiradora

Evento	Salão UFRGS 2017: SIC - XXIX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2017
Local	Campus do Vale
Título	EXISTE RELAÇÃO ENTRE TRIBUTAÇÃO PROGRESSIVA DO IPTU E GASTO REDISTRIBUTIVO NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS?
Autor	MARIA TEREZA BLANCO STROHSCHOEN
Orientador	ANDRE LUIZ MARENCO DOS SANTOS

EXISTE RELAÇÃO ENTRE TRIBUTAÇÃO PROGRESSIVA DO IPTU E GASTO REDISTRIBUTIVO NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS?

Maria Tereza Blanco Strohschoen¹
André Luiz Marengo dos Santos²

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar, de um lado, a política fiscal municipal, em especial a tributação progressiva do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU e, por outro, o gasto redistributivo nos municípios brasileiros, no que se refere aos gastos sociais. Busca-se, portanto, compreender em que medida a taxação progressiva do IPTU aumenta a despesa com gastos sociais nos municípios brasileiros.

Dentre as inúmeras inovações da Carta Constitucional de 1988, destaca-se a autonomia administrativa, política e fiscal conferida aos municípios brasileiros. Conforme De Cesare (2016), outra inovação da carta foi a introdução de um capítulo sobre política urbana, regulamentado pelo Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001). Este documento enfatiza a justa distribuição dos benefícios e taxas, bem como a adequação dos gastos públicos com o objetivo de desenvolvimento urbano como forma de favorecer o bem-estar geral. A utilização de alíquotas progressivas na taxação do IPTU, imposto de competência municipal, regulamentada na Emenda Constitucional 29/2001, busca dar efetividade à justiça fiscal, à medida que materializa o princípio da capacidade contributiva (Santos e Meyer, 2015).

Outra forma de promover o bem-estar geral é através dos gastos sociais, ou seja, alocando recursos em serviços sociais básicos, tais como saúde, educação, previdência social, entre outros. Dessa forma, tanto a taxação progressiva do IPTU quanto o gasto social podem ser consideradas políticas redistributivas (LOWI, 2009), uma vez que modificam a alocação de recursos existentes e contam com custos não difusos. Portanto, a adoção de alíquotas progressivas e o gasto social podem contribuir para a redistribuição de renda, reduzindo a desigualdade social.

Durante a pesquisa, um banco de dados foi desenvolvido, congregando informações dos 5,5 mil municípios brasileiros sobre a taxação de impostos municipais, receita orçamentária e gastos sociais - disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, através do relatório de Finanças do Brasil – FINBRA. Como variável de controle é utilizada a população do município, que possui como fonte a Pesquisa de Informações Básicas Municipais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Para a análise das variáveis foi utilizado o Statistical Package for the Social Sciences – SPSS.

Os resultados parciais apontam, através da Correlação de Pearson, associação significativa entre as variáveis estudadas (tributação e gasto social); entretanto, apresentaram um coeficiente de correlação baixo. Acredita-se que outros fatores podem interferir na dinâmica desta relação, tais como o período de tempo (considerando a *path dependence*), a população e o ciclo eleitoral.

Palavras-chave: Governos Municipais, Gasto Social, Tributação.

¹ Autora – Bacharelado em Políticas Públicas pela UFRGS

² Orientador – Departamento de Ciência Política e Programa de Pós-Graduação de Políticas Públicas da UFRGS
Instituição de origem: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)